

Ganhos de capital terão taxaço maior

BRASÍLIA — De forma a permitir o equilíbrio tributário entre as regiões Norte-Nordeste e Sul-Sudeste, a Constituinte aprovou ontem vários dispositivos, instituindo um adicional de cinco por cento sobre o Imposto de Renda para os ganhos de capital e a intervenção da maioria absoluta do Senado para fixar as alíquotas do ICM sobre as operações internas dos Estados, as interestaduais e as de exportação. Além disso, dois terços dos membros do Senado poderão fixar as alíquotas máximas do ICM nas operações internas, para resolver conflito de interesses dos Estados.

A aprovação desses dispositivos exigiu uma troca entre os diversos interesses dentro da Constituinte. Para manter o adicional ao Imposto de Renda — que é facultativo aos Estados e estava previsto no texto do Centrão —, Constituintes do Sul e Sudeste concordaram em fixar o quorum de maioria absoluta no Senado, ao invés dos dois terços também previstos no texto do Centrão, para a fixação das alíquotas do ICM. A emenda que alterou este quorum foi aprovada por 295 votos, contra 83 e oito abstenções.

Antes disso, houve uma tentativa, através de fusão de emendas dos Deputados Afif Domingos (PL-SP) e Arnaldo Prieto (PFL-RS), de suprimir o adicional sobre o Imposto de Renda. Mas a proposta foi rejeitada por 243 votos contra 147 e 8 abstenções.

Depois disso, o plenário aprovou emenda do Deputado Francisco Carneiro (PMDB-DF), determinando a incidência do ICM sobre o valor total da operação, quando as mercadorias forem oferecidas em conjunto, com serviços não tributados pelos municípios. Esta recebeu 318 votos a favor, 43 contra e 12 abstenções.

Todas estas matérias fazem parte da seção que trata dos impostos sobre a competência dos Estados e do Distrito Federal. Ficaram mantidos os dispositivos que definem que as alíquotas do imposto sobre heranças e doações de bens não poderão ser superiores aos limites estabelecidos pelo Senado.

O plenário manteve também o dispositivo que determina que o ICM incidirá sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, mesmo quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo fixo do estabelecimento. O mesmo foi mantido em relação aos serviços prestados fora do País.

Em função da busca de acordo em torno do adicional sobre o imposto de Renda, as votações começaram muito atrasadas, cerca de duas horas após o início da sessão, e num clima confuso, que envolveu o próprio Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Ele chegou a colocar erroneamente em votação duas emendas e depois cancelou-as, alertado por Lideranças e Constituintes tributaristas.



O Deputado Ulysses Guimarães pede calma, em meio à discussão entre Constituintes sobre reforma tributária

Rejeitada a emenda Mussa Demes

BRASÍLIA — Com apenas 39 votos favoráveis, 290 contra e oito abstenções, foi rejeitada ontem pela Constituinte a emenda do Deputado Mussa Demes (PFL-PI) que incorporava propostas patrocinadas pelo setor econômico do Governo para diminuir os efeitos da reforma tributária sobre o orçamento da União.

Na mesma sessão, foi aprovada por 278 votos a 96 e cinco abstenções, dispositivo apresentado pelo Deputado goiano Nion Albernaz (GO), excluindo o óleo diesel da lista de produtos tributáveis pelos Municípios.

A emenda Mussa Demes era a última esperança do Governo de reduzir as cotas aprovadas pela Comissão de Sistematização para os Estados e os Municípios na divisão dos Fundos de Participação.

O Deputado começou a defender a sua proposta negando ter ela sido elaborada pela equipe da Secretaria da Receita Federal. Acrescentou, no entanto, que, pela afinidade que tem com os técnicos daquele órgão governamental, não se envergonharia em admitir tal colaboração, se fosse verdadeira.

Demes disse ter consciência de que a derrota de sua emenda seria inevitável. afirmou que o resultado fora definido de manhã, em reunião de Lideranças realizada no gabinete do Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP).

Ao se pronunciarem para orientar as bancadas, os Líderes partidários confirmaram a realização da reunião na qual estabeleceram os acordos

que deram agilidade às votações efetuadas ontem.

Apenas a Liderança do Partido da Frente Liberal apoiou a proposta do Deputado Mussa Demes. Votaram contra PMDB, PDT, PC do B, PDS, PSB, PCB, PT e PDC. O Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) também falou a favor da rejeição, com o objetivo de preservar a integridade do acordo global de votação da reforma tributária.

Um dos argumentos mais fortes contra a emenda, utilizado pelo Deputado Firme de Castro (PMDB-CE), ao contraditar o autor, saiu da bancada nordestina: era que a proposta reduzia de três para dois e meio por cento, os recursos destinados exclusivamente à aplicação em programas de desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A emenda excluindo o diesel da tributação municipal foi aprovada a partir da argumentação de que o óleo soma seu custo aos preços dos transportes e na operação das máquinas agrícolas.

Contraditada pelo deputado Nelson Sabrá (PFL-RJ), que apontou a perda de receita pelos Municípios, a proposta foi apoiada pelo relator Bernardo Cabral e pelo Deputado José Serra (PMDB-SP), que assinou o fato de que o imposto sobre o diesel significa um imposto de exportação entre Estados produtores e consumidores. Todos os Líderes ficaram a favor, o que permitiu a rápida aprovação da matéria.

OS PONTOS APROVADOS

1
Adicional de 5% sobre o Imposto de Renda pago à União, por pessoas físicas ou jurídicas, para ganhos de capital

2
Intervenção da maioria absoluta do Senado para fixar alíquotas de ICM sobre operações internas dos Estados, interestaduais e de exportação, por iniciativa do Presidente ou de um terço dos Senadores.

3
Dois terços do Senado poderão fixar as alíquotas máximas de ICM nas operações internas, para resolver conflitos de interesses dos Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta.

Fiúza já planeja mudar nova Carta

BRASÍLIA — Antes mesmo de concluída a votação da nova Constituição, o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) já tem planos para mudá-la. Após levar a solidariedade política de 121 dos 166 Prefeitos de Pernambuco ao Governo Sarney, em solenidade no Palácio do Planalto, ele anunciou que no dia seguinte à promulgação da nova Carta apresentará emenda constitucional alterando a reforma tributária que a Constituinte está promovendo. Seu objetivo é manter a permissão para que o Governo federal crie fundos de ajuda às regiões mais carentes.

Um dos líderes do "Centrão", Ricardo Fiúza reconhece que a proposta votada pela Comissão de Sistematização vencerá no plenário da Constituinte e que não há mais tempo de se provar aos nordestas e nordestinos que suas regiões perderão recursos com a reforma. Confessou que se distraiu nesta questão, não tendo dado a devida atenção ao Capítulo da Ordem Tributária e, agora, vê a necessidade de modificação do texto.

Fiúza não tem, contudo, o apoio

dos 121 Prefeitos que trouxe ao Palácio do Planalto para essa ideia. Eles manifestaram solidariedade política ao Presidente Sarney para fazer a transição democrática mas reivindicam a reforma tributária, de modo a fortalecer os Estados e Municípios.

— Apoiamos o aumento de 17 para 24 por cento do bolo tributário para o Município. Até queríamos mais — disse o Prefeito Darlan Ferraz, Presidente da Associação Municipalista de Pernambuco.

No documento que entregaram ontem à tarde ao Presidente Sarney, os Prefeitos falam em apoio "de acordo com a atual Constituição", que estabelece o mandato de seis anos para Presidente da República. Mas os próprios Prefeitos e o Deputado Ricardo Fiúza asseguram aos repórteres que o mandato de Sarney deverá ser mesmo de cinco anos.

— Eu não falo em seis anos — disse Fiúza aos jornalistas.

Também acompanharam os 121 Prefeitos de Pernambuco — 119 do PFL e dois do PMDB — os Deputados pefelistas Gilson Machado, Osvaldo Coelho e José Mendonça.

Negociação difícil até o acordo

BRASÍLIA — Secretários de Fazenda dos Estados do Sul e Sudeste tentaram ontem romper o acordo que garantiu o equilíbrio na distribuição da receita tributária entre as várias regiões do País. Interessados em manter o quorum de dois terços para a intervenção do Senado Federal na fixação de alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), os Secretários admitiam até mesmo abrir mão do adicional de cinco por cento do Imposto de Renda sobre ganhos de capital. No fim, venceram os líderes "tributaristas", com a aprovação do quorum de maioria absoluta para a intervenção do Senado, o que garante maior segurança aos Estados menos desenvolvidos.

A ameaça de rompimento do acordo surgiu numa reunião entre Líderes partidários e "tributaristas", realizada no gabinete do Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP). Secretários de Finanças do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Goiás e Bahia compareceram ao encontro e pressionaram os Constituintes a manterem o quorum de dois terços para fixação das alíquotas das vendas interestaduais. Eles argumentavam que o quorum de maioria absoluta deixaria a fixação destas alíquotas nas mãos dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Segundo argumento apresentado pelo Secretário de São Paulo, João Machado Filho, se a alíquota das vendas de São Paulo para as regiões

mais pobres (hoje em nove por cento) for reduzida em apenas um ponto percentual, estará anulada toda a vantagem conseguida com a criação do adicional de cinco por cento sobre o Imposto de Renda.

No início da tarde, os representantes do Nordeste chegaram a anunciar o rompimento do acordo, porque não tinham certeza do apoio dos Deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e José Serra (PMDB-SP). Mas logo ficou evidente que os "tributaristas" de todas as regiões estavam interessados em manter os termos do acordo firmado na semana passada. Em negociações desenvolvidas atrás da mesa do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, durante duas horas, acabou sendo fechada uma fusão de emendas que atendeu a todos os interesses.

Com o acordo, a maioria absoluta do Senado decide sobre as alíquotas nas vendas internas, como também nas alíquotas das vendas interestaduais e de exportação. Com quorum de dois terços, o Senado interfere nas alíquotas máximas. Se as alíquotas máximas fossem liberadas, os Estados industrializados poderiam elevar demasiadamente o ICM de seus produtos. Isto acabaria reduzindo o imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), pela queda do consumo ou pela redução das alíquotas do próprio imposto — o que acabaria diminuindo, também, o repasse de recursos através do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que beneficia mais os Estados pobres.

Novo Senador deixa de lado alpargatas no dia da posse

O Senador Ney Maranhão (PMB-PE) assumiu ontem a sua cadeira na Constituinte calçando sapatos, embora tenha prometido ir de alpargatas. Para realizar isso, retirou do armário o par de sapatos que usou no seu casamento já que, nos últimos anos, tem usado apenas alpargatas.

Mas ele acabou chamando a atenção dos Constituintes e da imprensa no momento em que recebia instruções do Senador Aureo Melo (PMDB-AM) sobre o processo eletrônico de votação.

— Repete, repete, porque é muito difícil. Mas eu aprendo — afirmava o Constituinte.

Em seguida, foi apresentado ao Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Mais tarde, chamou o Líder do PCB, Roberto Freire (PE), para garantir que estaria ao lado dele nas votações.

— Não muda nada. Eu e o Antônio Farias somos a mesma coisa — assegurou.

Proprietário de abatedouros em Pernambuco, filho de Constância Maranhão, o "Rei da carne verde", Ney Maranhão é um político de centro, mas muito influenciado pelo Governador Arraes, que garantiu a eleição do Senador Antônio Farias — falecido na semana passada.

Dependendo da pressão do Governador e do Prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, Maranhão poderá votar em propostas pro-



Maranhão (direita) aprende a votar

gressistas, avaliam os integrantes da bancada do Pernambuco. Na Ordem Econômica, porém, este apoio não é tão certo.

Integrante do PTB antes de 64, ele acabou na Arena após a extinção dos partidos. Cassado em 69, como Deputado Federal, voltou à política com o processo de abertura, ingressando no PTB. Na campanha de 86 foi para o PMB (Partido Municipalista Brasileiro), quando o PTB decidiu apoiar o candidato do PFL. Seguindo Antônio Farias, preferiu apoiar o Governador Miguel Arraes. Ele tem pela frente seis anos e meio de mandato no Senado.

Comissão vai rever os Títulos aprovados

BRASÍLIA — Para acelerar a conclusão do texto da nova Carta, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, instala hoje uma Comissão de Redação encarregada de iniciar esta semana a adaptação e a revisão dos Títulos aprovados pelo plenário. Sob a presidência de Ulysses, a Comissão será integrada por 15 parlamentares de todos os partidos, além dos professores Celso Ferreira Cunha e José Afonso da Silva.

— Estou me preocupando com a redação do texto para o segundo turno de votação — disse Ulysses ao anunciar a criação do novo órgão da Constituinte.

O Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), indicado para Relator da Comissão, explicou que, com a colaboração dos dois professores, será feita uma espécie de "lipoaspiração" dos Capítulos aprovados sem, contudo, alterar o conteúdo. Segundo ele, em caso de ausência de Ulysses, a comissão será presidida pelo Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), escolhido como "co-Presidente", ao lado do Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA).

Pelo Regimento da Constituinte, alterado por emenda do Centrão, a redação do texto a ser levado ao plenário no segundo turno compete ao Relator Bernardo Cabral. Esta atribuição era da Comissão de Sistematização que, com a mudança do Regimento, não voltará a ser reunir mais na Constituinte.

O Senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que os relatores adjuntos já estão fazendo o trabalho de adaptação e compatibilização dos textos aprovados.

Na instalação da Comissão, Ulysses vai informar também que no segundo turno será possível apenas a apresentação de quatro emendas e quatro destaques por parlamentar, para agilizar os trabalhos da Constituinte.

Além de Ulysses, Arinos, Passarinho e Cabral, integram a Comissão os Deputados do PMDB Luiz Viana Filho (BA), Nelson Jobim (RS) e Tito Costa (SP); Humberto Souto (PFL-MG); Konder Reis (PDS-SC); Barbosa (PDT-RJ); Sólton Borges dos Reis (PTB-SP); Plínio Arruda Sampaio (PT-SP); Adolpho de Oliveira (PL-RJ); Haroldo Lima (PC do B-BA); e Roberto Freire (PCB-PE).

Conselho da Mulher quer manter licenças

BRASÍLIA — O Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher (CNDDM) começa hoje uma campanha em defesa da licença-maternidade de 120 dias e da licença-paternidade de oito — dois direitos que foram assegurados pela Constituinte, mas correm o risco de serem cancelados no segundo turno de votações.

No Rio, está programado um comício, às 16 horas, em frente à Assembleia Legislativa, e em São Paulo, um protesto diante da sede da Fiesp. Já em Brasília, a direção do CNDDM vai entregar ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães,

um abaixo-assinado, solicitando seu empenho na defesa dos dois itens.

Marlene Libardoni, uma das líderes do Conselho, afirmou ontem que a aprovação das licenças de pais e mães tem uma influência muito reduzida sobre os custos das empresas. Citando dados da Confederação Nacional das Indústrias, ela calculou o aumento de 90 para 120 dias na licença-maternidade em apenas 0,09 por cento de elevação dos custos e a adoção da licença-paternidade de oito dias em um ônus de somente 0,13 por cento.